

A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

A Diversidade na Era Pós-Verdade

Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)



Atena
Editora
Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D618	A diversidade na era pós-verdade [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-871-7 DOI 10.22533/at.ed.717192312 1. Comportamento informacional. 2. Desinformação. 3. Fake news. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. CDD 306.4
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“[...] o informador é obrigado a reconhecer que está permanentemente engajado num jogo em que ora é o erro que domina, ora a mentira, ora os dois, a menos que seja tão-somente a ignorância” Patrick Charaudeau.

Buscou-se neste e-book pensar sobre a Educação, a diversidade num mundo de pós-verdade, partindo do princípio que se vive a era da pós-verdade, cujo conceituação é de grande complexidade, pois a “pós-verdade” não se constitui apenas numa mentira, ou meia verdade, ou convicção. A verdade é um efeito discursivo. Esse fenômeno implica na maioria dos casos na prevalência de uma “verdade” sustentada por um raciocínio axiológico e patêmico. Estudar e problematizar a pós-verdade dentro do campo educacional se faz urgente, em especial, quando um dos deveres da escola são o acolhimento e a compreensão da diversidade humana. Assentados nos estudos de autores como Foucault, Angenot, Emediato, Boudon e outros, parte-se da premissa que a pós-verdade acentua-se na sociedade brasileira causando a indisponibilidade ao diálogo, assim, a maior parte das pessoas tendem a tratar as informações como verdadeiras só àquelas que confirmem suas crenças em detrimento daquelas que as invalidam. Cabe a todos sabermos problematizar o caráter retórico da percepção da pós-verdade, olhando para suas derivas, suas dispersões, no sentido de compreendermos como lidamos com aquilo que lemos, vemos, sentimos e agimos.

O século XXI emerge sob égide da complexidade das relações humanas e das mudanças civilizacionais. A complexidade e as transformações atingem a todos de forma implacável, em especial no que tange a educação; ao acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, soma-se a isso o modo como às pessoas interpretam a “verdade” do que ouvem, veem, leem, sentem ou a expressam.

As sociedades contemporâneas parecem viver num paradoxo constante: por um lado temos o neoliberalismo tentando impor-se e, por outro, o clamor da discussão de temas como o da diversidade humana e identitária, reivindicada por diversos movimentos/manifestações constantes em busca do reconhecimento das próprias especificidades (Tosi, 2010).

É necessário que os estudos e as pesquisas foquem no lado social, que busquem maneiras de amenizar as consequências da pós-verdade no ambiente digital, demonstrando aos cidadãos o quão importante é para a sociedade a sua participação na gestão da informação. Com uma sociedade criticamente atuante, que preze pela fidedignidade das notícias e pesquise a realidade dos fatos, independentemente de opiniões pessoais, as fake news, aos poucos, poderá diminuir sua visibilidade e a presença do fenômeno da pós-verdade, no ambiente digital, tende a ser reduzida.

Sendo assim, este e-book tem como objetivo refletir sobre a pós-verdade no campo da educação e da diversidade humana. Como podemos educar os homens para a verdade pautada na ética? Como a pós-verdade põe em risco um dos grandes

desafios da educação é que o de promover o acolhimento e a compreensão da diversidade humana em seus vários âmbitos, seja dentro ou fora da escola?

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A DIVERSIDADE NA PÓS VERDADE: PRÁTICAS DISCURSIVAS ENTRE FEMINISMO E A FAMÍLIA POR UMA ÓTICA FOUCAULTIANA	
Solange Aparecida de Souza Monteiro Heitor Messias Reimão de Melo Débora Cristina Machado Cornélio Paulo Rennes Marçal Ribeiro Valquíria Nicola Bandeira Carlos Simão Coury Corrêa Andreza de Souza Fernandes Monica Soares	
DOI 10.22533/at.ed.7171923121	
CAPÍTULO 2	19
AS OFICIAIS DA MARINHA DO BRASIL TITULARES DE ORGANIZAÇÕES MILITARES E SUAS TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS	
Vanessa Coelho dos Reis Luciana Patrícia Zucco	
DOI 10.22533/at.ed.7171923122	
CAPÍTULO 3	31
ENCARCERAMENTO FEMININO: A (IN)EFICÁCIA DA POLÍTICA CRIMINAL ENQUANTO VIOLADORA DE DIREITOS	
Daiana Maturano Dias Martil Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.7171923123	
CAPÍTULO 4	42
GESTÃO DE PESSOAS E LIDERANÇA: UMA ÓTICA FEMININA	
Lucília Grando	
DOI 10.22533/at.ed.7171923124	
CAPÍTULO 5	53
ESCRITAS DE SI, POLIFONIA E CONSTITUIÇÃO DE REDES NA IMPRENSA LÉSBICA BRASILEIRA: UMA DISCUSSÃO DA REVISTA FEMME (1993-1996)	
Carolina Maia	
DOI 10.22533/at.ed.7171923125	
CAPÍTULO 6	64
GESTÃO UNIVERSITÁRIA COM BASES NO FEMINISMO E NAS PRÁTICAS ARTÍSTICAS PERFORMATIVAS	
Bya Braga	
DOI 10.22533/at.ed.7171923126	

CAPÍTULO 7	76
EDUCAÇÃO, DIVERSIDADE NUM MUNDO DE PÓS-VERDADE	
Maria Regina Momesso Solange Aparecida de Souza Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.7171923127	
CAPÍTULO 8	86
MEMÓRIAS EDUCATIVAS DE LÉSBICAS: A MASCULINIDADE FEMININA COMO VISIBILIDADE DA DISSIDÊNCIA	
Keith Daiani da Silva Braga Arilda Ines Miranda Ribeiro Marcio Rodrigo Vale Caetano	
DOI 10.22533/at.ed.7171923128	
CAPÍTULO 9	92
NEGRAS JOVENS OU JOVENS NEGRAS? UM OLHAR AO RACISMO E AO SEXISMO NA CONSTRUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NEGRAS	
Marjorie Evelyn Maranhão Silva	
DOI 10.22533/at.ed.7171923129	
CAPÍTULO 10	104
QUEBRANDO IDEOLOGIAS SEGREGACIONISTAS: A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS	
Iury Fagundes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.71719231210	
CAPÍTULO 11	116
REPRESENTAÇÃO FEMININA DENTRO DO SISTEMA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO	
Raisha Conceição Silva Ellen Laura Leite Mungo	
DOI 10.22533/at.ed.71719231211	
CAPÍTULO 12	123
O DISCURSO FEMINISTA NAS PICHÃOES: UM OLHAR SOBRE O URBANO	
Camilla Machado Cruz Thágila da Silveira Ribeiro Taís da Silva Martins	
DOI 10.22533/at.ed.71719231212	
CAPÍTULO 13	136
TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE NAS VOZES FEMININAS DA OBRA QUILOMBOLAS DO TOCANTINS	
Rose Dayanne Santana Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.71719231213	
CAPÍTULO 14	148
PÁSSAROS DE PASSAGEM TAMBÉM SÃO MULHERES	
Carmem Silva de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.71719231214	

CAPÍTULO 15	157
MULHERES INDÍGENAS DE RORAIMA: PROTAGONISMO, RESISTÊNCIA E LUTA Marcos Antonio Braga de Freitas Andréa Freitas de Vasconcelos DOI 10.22533/at.ed.71719231215	
SOBRE A ORGANIZADORA	168
ÍNDICE REMISSIVO	169

TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE NAS VOZES FEMININAS DA OBRA QUILOMBOLAS DO TOCANTINS

Rose Dayanne Santana Nogueira

Mestra em Comunicação e Sociedade (UFT).
Graduada em Comunicação Social – Habilitação
em Jornalismo (ULBRA). Integra o Núcleo de
Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas
Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino – OPAJE
(UFT).

RESUMO: A pesquisa proposta se constrói a partir do interesse nas vozes que ecoam das narrativas dos poemas concebidos por mulheres quilombolas, publicados no livro *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares*, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, e a forma como expressam traços do território, cultura e identidade, e as relações sociais de gênero estabelecidas nesse diálogo. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e utilizou o método da análise de conteúdo e de narrativas. Dos 17 poetas com trabalhos classificados para o livro, 11 são mulheres. Em seus versos, ao escreverem sobre a temática proposta, “Ser Quilombola”, as mulheres narram as relações que estabelecem com a cultura e com os territórios, papéis que desempenham nestes espaços, expressando assim suas identidades quilombolas.

PALAVRAS-CHAVE: Território; Cultura, Identidade; Mulheres Quilombolas.¹

TERRITORY, CULTURE AND IDENTITY IN THE WOMEN’S VOICES OF THE BOOK “QUILOMBOLAS DO TOCANTINS”

ABSTRACT: The proposed research builds on the interest in the voices that echo the narratives of the poems conceived by “quilombola” women, published in the book *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares*, by the Defensoria Pública do Estado do Tocantins, and the way they express traits of the territory, culture and identity, and the social relations of gender established in this dialogue. The research has a qualitative approach and used the method of content analysis and narratives. Of the 17 poets with classified papers for the book, 11 are women. In their verses, when writing about the proposed theme, “Being Quilombola”, women narrate the relationships they establish with culture and with the territories, roles they play in these spaces, thus expressing their quilombola identities.

KEYWORDS: Territory; Culture; Identity; Quilombolas Women.

INTRODUÇÃO

A identidade é uma ferramenta importante de resistência para a população quilombola do Brasil, tanto que, de acordo com a legislação vigente no país, reconhecer a identidade,

1 Este artigo foi publicado originalmente nos Anais Eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X

por meio da autodefinição dos membros, é um dos critérios para a certificação das comunidades remanescentes de quilombo, juntamente com identificação de práticas culturais, da ancestralidade e da ligação da comunidade ao território tradicionalmente ocupado. As mulheres quilombolas têm importante participação no processo de resistência, luta, construção e transmissão dos conhecimentos da comunidade, enquanto sujeitos, a partir de suas trajetórias e de suas experiências culturais, que incidem na identidade quilombola.

Dados da Fundação Cultural Palmares (FCP)² apontavam que em 2017 o Tocantins contava com 44 Comunidades certificadas e uma com o processo em análise, à época. Na obra *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares* (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2016), organizada pelo Núcleo Especializado da Defensoria Pública Agrária (DPAGRA) da Defensoria Pública do Estado do Tocantins, vozes ecoam em forma de verso e poesia descrevendo o que é ser quilombola. Os textos foram selecionados para o livro por meio de Concurso Cultural³, direcionado às comunidades do Estado. Além disso, a publicação traz registros fotográficos aliados ao conteúdo informativo sobre os quilombolas do Estado e a atuação da Defensoria Pública junto a eles. Das 42 comunidades visitadas pela Instituição, moradores de 12 delas participaram do concurso.

Do livro analisa-se o primeiro capítulo⁴, “Palavras e Olhares”, que traz os textos selecionados por meio do concurso para a publicação, num diálogo poético com a imagem que ilustra a obra de cada autor e autora. Dos 17 quilombolas com textos escolhidos para o livro, 11 são mulheres. Neste contexto, partindo de uma perspectiva de gênero, este artigo interessa-se, especificamente, pelas vozes que ecoam das narrativas concebidas por mulheres quilombolas, selecionadas para a publicação, com o objetivo de identificar os traços do território, cultura e identidade, e as relações sociais de gênero estabelecidas nesse diálogo.

A partir de trechos dos poemas, serão observados os elementos utilizados para definir o “ser quilombola” para essas mulheres; como reconhecem a si e ao território que ocupam, que não é necessariamente a terra, mas que pode residir nos entre-lugares, destacados por Bhabha (2013); os significados que atribuem à pertença quilombola; os limites e possibilidades que enfrentam por serem quilombolas e mulheres. O caminho metodológico que norteou o artigo é a abordagem qualitativa e com o tratamento dos dados orientado pela análise crítica de narrativas, a partir do que orienta Luiz Motta (2012, p.23). Segundo o autor, estudar narrativas é compreender o sentido da vida. “A análise da narrativa é um procedimento hermenêutico: analisá-las é interpretar as

2 Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em: 17 mar. 2017.

3 A escolha dos classificados foi feita por uma Comissão Avaliadora formada por integrantes internos e externos, que levaram em consideração os critérios dispostos no Edital, como: adequação ao tema, no que se refere ao ser quilombola, visão, cultura e identidade tradicional, clareza e coesão, além de criatividade poética, respeitando ainda a oralidade traduzida nos textos. (DEFENSORIA, 2016).

4 O segundo capítulo é dedicado às Comunidades Quilombolas do Tocantins e traz ainda informações condensadas dos quatro anos de atuação da Defensoria Pública junto aos remanescentes de quilombo do Estado. No terceiro capítulo, apresenta-se o balanço do Concurso Cultural.

ações dos homens e as relações sociais, compreender o ser humano e o mundo onde ele vive”. Além disso, Motta afirma que a estudar as narrativas é refletir sobre a experiência humana.

A análise da narrativa, a partir dos conteúdos retirados do livro, foi embasada em fundamentos teóricos de autoras e autores que discutem território, cultura, identidade e gênero, aliadas às experiências adquiridas a partir do trabalho realizado junto às Comunidades e Associações Quilombolas do Estado, enquanto servidora pública⁵ da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

OS TRAÇOS DE TERRITÓRIO, CULTURA E IDENTIDADE E A QUESTÃO QUILOMBOLA

Definir o que é quilombo, remanescente de quilombo, identidade/ser quilombola é uma conceituação que tensiona quer seja no campo científico, quer seja no campo político. Castells (1999, p. 22) define que identidade é “um processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”.

Segundo Castells (1999, p. 23), do ponto de vista sociológico, “toda e qualquer identidade é construída” e que a principal questão dessa construção “diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece”. Logo, não seria diferente com as questões de identidade do ser quilombola, uma vez que, no Brasil, essa construção vem sendo elaborada ao longo dos séculos.

Nas questões conceituais e normativas dos quilombos no Brasil, Leite (2000) discute o quilombo (termo originário) como um conceito sócio-antropológico e traz reflexões sobre suas implicações teóricas e políticas, principalmente, no que se refere ao quadro atual de exclusão social no Brasil. Logo, estabelece um contraponto entre os impasses quanto ao entendimento do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ACDT) da Constituição Federal (1988), no que diz respeito às dificuldades desse processo, em que destaca a folclorização da cultura e da identidade negra, as restrições às questões territoriais, até edição do Decreto nº 4887, datado, simbolicamente, de 20 de novembro de 2003 (Dia da Consciência Negra), que traz avanços nesse debate (LEITE, 2000).

A autora destaca que esse impasse vinha do fato de que o significado primário ao qual remete o termo quilombo vem de uma versão do Quilombo dos Palmares, constituído como unidade guerreira, a partir do isolamento e de uma autossuficiência.

5 Devido ao trabalho como jornalista na Defensoria Pública e pesquisadora da área, participei como organizadora do livro em questão e também das etapas de seleção do concurso que elegeram os textos para publicação. Participar do processo, alinhado ao estudo sobre as questões de gênero e às leituras sobre cultura, identidade e território, no âmbito do mestrado, resultaram nas inquietações e pesquisas para concepção deste artigo.

A noção de “remanescente”, como algo que já não existe ou em processo de desaparecimento, e também a de “quilombo”, como unidade fechada, igualitária e coesa, tornou-se extremamente restritiva. Mas foi principalmente porque a expressão não correspondia à autodenominação destes mesmos grupos, e por tratar-se de uma identidade ainda a ser politicamente construída, que suscitou tantos questionamentos. De saída, exigiu-se nada mais do que um esforço interpretativo do processo como um todo por parte dos intelectuais e militantes, bem como das próprias comunidades envolvidas, e sem o qual seria impossível a aplicabilidade jurídica do artigo (LEITE, 2000, p. 340).

No artigo 68 do ADCT vislumbra-se uma garantia efetiva à população quilombola, ao afirmar que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. No entanto, os movimentos sociais questionam as implicações advindas do artigo, pois para eles a ideia de quilombo não se restringiria a uma questão meramente de terra. Para tentar chegar ao consenso, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) apresentou, em 1994, um parecer quanto ao impasse, após reunir o Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais, e elaborou um conceito de remanescente de quilombo, que, “sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar (ABA, 1994).

Assim, reforça-se que além do conceito histórico a que remete a palavra quilombo, ela reflete a situação atual dos segmentos negros, nas diferentes regiões e contextos do Brasil, conceituando grupos que consolidaram um território próprio e nele desenvolveram suas práticas cotidianas de resistência e reprodução de seus modos de vida. Segundo Santos e Silveira (2006, p. 19), o território, geralmente, é “a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...]”.

Para Haesbaert (2003), o território não é apenas uma base espacial apropriada e não pode ser visto apenas como um objeto em sua materialidade ou mero recurso analítico, e sim, ao mesmo tempo, recurso ou instrumento de poder e um valor, e que esse valor vai além do atribuído ao uso ou a troca, uma vez que se estende pela valorização simbólica e identitário-existencial. Logo, a territorialidade perpassa ao vínculo de significado criado e perpetuado culturalmente.

Segundo Leite (2000, p. 344), a territorialidade é fundada a partir de uma fronteira imposta construída a partir de um modelo específico de segregação, na qual sugere a predominância de uma dimensão relacional, “mais do que de um tipo de atividade produtiva ou vinculação exclusiva com a atividade agrícola, até porque, mesmo quando ela existe ela aparece combinada a outras fontes de sobrevivência”.

Quinze anos, quatro presidentes da República, até que no ano de 2003, fruto de um diálogo com a sociedade civil, o Decreto nº 4887 foi editado e regulamentou o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, das quais

tratam o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e define, para fins legais, que são Remanescentes das Comunidades dos Quilombos “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003. 56).

Assim, para além de uma questão fixa, a demanda pela da terra integra-se ao pleito do território, que abarca a formação histórica e cultural da coletividade. “Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo” (LEITE, 2000, p. 344). Bhabha (2013, p. 20) apresenta conceitos como os entre-lugares, entre-tempos, terrenos deslizantes da enunciação, fala do local da cultura, não no singular ou com identificações fixas, mas enquanto locais de cultura. São os interstícios, locais de sobreposição e de deslocamento de domínios de diferença, em que “as experiências intersubjetivas e coletivas de *nação [nationness]*, o interesse comunitário ou valor cultural são negociados”.

Nesse sentido, o autor questiona o modo como se formam sujeitos nos entre-lugares, ou seja, “nos excedentes da soma das ‘partes’ da diferença” (BHABHA, 2013, p. 20). Assim, o afastamento das singularidades de classe ou gênero, enquanto categorias conceituais e organizacionais básicas, segundo Bhabha (2013, p.20), “resultou em uma consciência das posições do sujeito – de raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual – que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno”. Tal consciência é algo que ele define como “teoricamente inovador e politicamente crucial” e pontua a necessidade de ir “além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais” (BHABHA, 2013, p.20), priorizando os momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais.

Assim, chegamos à centralidade do recorte de gênero, pois, segundo Louargant (2015), as mulheres estão no coração dos espaços e dos territórios. Segundo Scott (1989), gênero é uma categoria histórica analítica, um conceito construído socialmente, o qual oferece reflexões sobre práticas, normas e costumes, que por sua vez são sociais e culturais, não naturais, que definem o que é ser o homem e o que é ser mulher. Gênero trata, portanto, das relações sociais e culturais de lugares, direitos e obrigações definidos para homens e mulheres na sociedade, em que elas são postas como inferiores a eles. “De fato o conceito de território é então ligado às questões para compreender o lugar das mulheres na sociedade, na sua relação com o espaço” (LOUARGANT, 2015, p. 299). Segundo Louargant, a relação de homens e mulheres em seus espaços e nos territórios é uma questão que merece ser explicitada.

AS NARRATIVAS FEMININAS DO LIVRO QUILOMBOLAS DO TOCANTINS: PALAVRAS E OLHARES

Ao chegar nesse ponto, parte-se para o foco deste artigo, que é a narrativa da mulher quilombola (integrante de uma comunidade que se autoidentifica como remanescente de quilombo e que busca reconhecimento como tal, inclusive no que se refere ao acesso às políticas públicas a eles destinadas) que nos diz o que é ser quilombola, a partir dos trechos⁶ retirados do livro *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares* (GONCALVES; NOGUEIRA, 2016). “*Meu caro, se auto-reconheça e mostre que não serão eles que irão te definir, diga em alto e bom som que “SOU QUILOMBOLA” e essa é minha história, povo forte de riqueza e cultura magnífica*” (Poema “Ser Quilombola”, p. 65).

Além dos textos de mulheres quilombolas do Tocantins, houve também a atribuição de duas menções a participantes quilombolas do Estado de Goiás, entre elas para uma mulher, cujos trabalhos não foram inscritos no concurso devido à questão territorial, expressa no Edital. Sobre esse ponto, a mulher escreveu: “*É fundamental lembrar que somos uma comunidade só, mas em estados diferentes, e a minha está localizada no Goiás, no município de Monte alegre. Que está localizada no território Kalunga, na comunidade Sereia, conhecida como Areia próximo a Dona Procopia*” (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2016, p. 112).

A narrativa da mulher quilombola de Goiás reforça a questão territorial e histórica para além do território fixo, pois estar fora da terra demarcada geograficamente não elimina a parte viva e pulsante da experiência de ser e estar no mundo enquanto comunidade Kalunga. Pode-se perceber dessa narrativa o pertencimento que Santos e Silveira (2006) colocam ao falar da territorialidade, que não se resume ao fato de se viver em lugar, mas, sim, da relação que mantém com ele. E é isso que a mulher narra: “*somos uma comunidade só, mas em estados diferentes*” (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2016, p. 112).

Segundo Castells (1999, p.22), a identidade é “a fonte de significado e experiência de um povo”, e que não se tem conhecimento de um povo que “não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida” (CALHOUN, 1994, p. 9-10 *apud* CASTELLS, 1999, p. 22). Assim, outros elementos complementam a identidade quilombola. A terra é apenas um desses elementos, um desses entre-lugares, um interstício, um território, onde o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados (BHABHA, 2013). “*Ser quilombola é você ter a sua própria identidade, em qualquer lugar do mundo*” (Poema “Ser Quilombola”, p. 57).

Rocha (2010) nos traz algumas reflexões sobre a luta das comunidades quilombolas pela sobrevivência de seus traços culturais e modos de vida, os quais

6 Os nomes das autoras assim como as comunidades as quais pertencem estão inscritos no livro. Optamos por apresentar os trechos em itálico e referenciar os poemas citando o título e página em que se encontram.

se produzem e reproduzem no território étnico, e destaca que esse sentimento de pertencimento, advindo da territorialidade, não sobrevive apenas quando determinado grupo ou comunidade permanece isolado. É muito forte para as comunidades quilombolas a questão do território em que vivem, pois é o lócus de pertença e ação coletiva. É o que se vê nos textos de mulheres quilombolas publicados nos livros, conforme se infere dos trechos a seguir:

Orgulho de ser Brasil; Orgulho de ser jalapoeira; Orgulho de ser Quilombola; Quilombo povoado do Prata; Isso sim é ser Quilombola (Poema “Ser Quilombola”, p. 25).

Ser quilombola é falar do meu lugar; Do meu sertão dianopolino. Falo tudo o que tiver; Do lugar onde eu ensino (...) Ser quilombola é valorizar as plantas medicinais; São de grandes variedades; Fazemos remédios caseiros; Substituindo os da cidade (Poema “Ser Quilombola: ter lugar, ter beleza”, p. 53).

Meu quilombo é meu mundo; Tenho fé e acredito; No resgate da identidade; Em meio a tantas lutas; No quilombo há felicidade (Poema “Sou quem eu sou”, p. 37).

Ser quilombola nesse querido quilombo, povoado de muita história e cultura para ensinar e aprender. Lugar onde o brincar na chuva, o sentir da terra sobre os pés descalços no chão, viver cada segundo as histórias de vida e lutas contadas pelos mais velhos e seus antepassados, lugar de pessoas acolhedoras, esse é meu quilombo. (Poema “Ser Quilombola”, p. 77).

Ser quilombola para essas mulheres é ser da “Comunidade Povoado do Prata”, do “sertão dianopolino”, é falar do lugar de pertença que é delas, em que se trabalha, o “lugar onde eu ensino”, sentir orgulho de viver no Jalapão e “ser jalapoeira”; entre-lugares nos quais se desenvolvem os papéis e/ou funções sociais. Ser quilombola é manter-se conectada com o território, valorizando a natureza. Nessa narrativa a questão do espaço se esvai, pois as mulheres quilombolas localizam seu território em várias regiões (Jalapão, Prata, Dianópolis e Brasil), e “isso sim é ser quilombola”. Na narrativa dessa mulher, o território é marcado pelas tradições (remédios) que mantêm e onde desempenha suas funções.

O quilombo também pode ser um mundo particular para estas mulheres, “meu mundo”, lugar de segurança, onde a fé mantém-se viva e compõe a força para prosseguir na luta e resistir, onde se ama e, apesar de tudo, nesse mundo particular, “no quilombo há felicidade”. Esse território é “querido”, é praticamente um sujeito nesse arranjo e espaço demarcado, ao qual pertencem, que é povoado de pessoas acolhedoras (o sentimento da comunidade é coletivo), “de muita história e cultura para ensinar e aprender”, que elas vivem, sobrevivem, ressignificam-se, a cada segundo, a partir das “histórias de vida e lutas contadas pelos mais velhos e seus antepassados”.

Logo, as narrativas sobre o território, enquanto marcador de identidade do ser, aparecem interconectadas, imbricadas, nas práticas culturais, enquanto matérias-primas para a construção da identidade. Para Motta (2012), o grande desafio é perceber

como a narrativa reconstrói a realidade ou como tece e constrói sentidos. Na narrativa a seguir, a autora quilombola, por exemplo, não se limitou a copiar uma realidade posta, mas, apoiada nas bagagens históricas e culturais, reinventou criativamente.

Sou criança... Ainda estou na infância (...) Na escolinha da comunidade, li livros que contam histórias; De palácios, reis e rainhas; De poesias de amor; Li até a canção do exílio; Que o poeta escreveu; Minha terra tem palmeira, onde canta o sabiá. Poeta não conhece o meu quilombo (...) Aqui tem tudo que é ave; Juriti, anu-preto, papagaio e bem-te-vi; No meu quilombo têm homens fortes; Velhos de calos nas mãos; Homens pretos de cor; Netos da escravidão; Tem cultura e devoção; Sussia, folia e festa de São João; Tem história do vovô; Mulher cantando no pilão; Meninos descalços rodando pião (Poema “Meu Quilombo”, p. 21).

A narradora, que se apresenta como uma criança, leva-nos a perceber a necessidade de crítica e releituras da história que é contada nos livros didáticos. Quando narra que o “poeta não conheceu meu quilombo”, ela denuncia que não se sente contemplada naquilo que Gonçalves Dias escreveu na Canção do Exílio. A autora também narra que nos livros têm histórias “de reis e rainhas”, “de poesias e de amor”, mas que não são próximos e não a representa, o que nos remete ao fato de que, mesmo existindo uma Lei 10.639/2002⁷ sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, não é cumprida nas escolas e nos livros didáticos. Segundo Leite (2000), a generalização em torno do termo quilombo/quilombola ao longo do tempo tem influenciado as definições e os inúmeros significados atribuídos ao conceito quilombo, que aparecem, por exemplo, nos livros didáticos disponibilizados nas escolas.

No entanto, a menina não se dá por vencida, ela tece e constrói sentidos e, se o poeta não conhece o quilombo, ela conhece, e narra o que tem na comunidade, fala da tradição, da religiosidade, dos homens e mulheres, dos modos de vida e práticas culturais. “*Sei pouco do passado; Que os homens negros sofreram; Que muitos até morreram; Assim os mais velhos me contaram*” (Poema “Meu Quilombo”, p. 21).

Outro ponto que se percebe das narrativas da menina são as relações de gênero, quando ela se refere ao “lugar” do homem e da mulher na comunidade. Enquanto os homens são “fortes”, as mulheres estão “cantando no pilão”. Segundo Scott (1989, p.21), a noção de gênero é algo social e historicamente construída, baseada numa dimensão mais ampla e articulada com a noção de poder. A definição que a autora apresenta para gênero dá conta de dois pontos: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.

Meu quilombo não tem esmola; Tem criança, jovens e idosos na escola; Tem cana de açúcar e rapadura; Colheita do piqui; A soca do arroz; O doce de buriti; Tem fé e tradição; Tinha Raimunda parteira; Dona Antonia boleira; E Domingas rezadeira (Poema “Meu Quilombo”, p. 21)

7 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso: 5 jan. 2017.

Nota-se que, anteriormente, ela se refere aos homens fortes e as mulheres cantando e, ao localizar papéis exercidos dentro da comunidade, eis que se tem a “parteira”, a “boleira”, a “rezadeira”. Nessa narrativa, pode-se perceber a divisão sexual do trabalho, que possui suas bases fundadas nas estruturas machista e patriarcal que forma a sociedade, na qual recaem sobre a mulher no mundo privado somente as de reprodução social e biológica (YANNOULAS, 2011).

No entanto, é preciso fazer um contraponto em relação à narrativa dos “homens fortes”, pois além de trazer à tona a discussão sobre divisão sexual do trabalho, pode representar para a menina uma forma de dizer que os quilombolas são fortes, são homens fortes, calejados, que possuem uma história, para destacar estas qualidades em detrimento da imagem marginalizada que o quilombola tem pela sociedade em geral, como verificamos no trecho do poema de outra mulher.

Quilombos antigamente presos por correntes; Hoje, os quilombolas e descendentes ainda vivem acorrentados pelo preconceito atual (...) Por causa da desigualdade todos os quilombos; Lutam por liberdade na sociedade e ser totalmente fortes unidos e valorizados. (Poema “Quilombo Sempre”, p. 85).

Outras narradoras falam das mulheres fortes, dos sentimentos, das questões estéticas, dos cabelos que possuem, do ser mulher quilombola.

Sou uma quilombola guerreira; Guerreira com muito amor; Não uso arma, nem tão pouco espada; No pensamento carrego a dor. Negra de coração; Corajosa por herança; Amiga da liberdade; Com um coração de criança. Negra e refugiada; Faço da resistência o meu escudo (Poema “Sou quem eu sou”, p. 37).

Ser Quilombola é ter orgulho é assumir o pouco que tem; Assumir o cabelo torrado; E a pele negra também; Ser Quilombola é ter coragem; E amor no coração (Poema “Ser quilombola”, p. 25).

Segundo Santos e Oliveira (2014), o conceito de beleza de mulheres descendentes de africanos resultou na busca de semelhança estética àquela que era aceita por grupos sociais inseridos num padrão de beleza que excluía a beleza das mulheres negras e com isso dificultava a identificação deste grupo com os produtos do mercado. “Surgem os produtos para assemelhar a mulher negra às brancas por meio do alisamento dos cabelos, da troca dos vestuários coloridos por outros caracterizados por cores únicas” (SANTOS; OLIVEIRA, 2014, p. 118).

No entanto, é partir da década de 1980 que essa realidade começa a sofrer mudanças, com a participação das mulheres nos movimentos negros espalhados por todo o território brasileiro.

Este novo contexto contribuiu sobremaneira para o resgate da auto-estima da mulher negra, no sentido de convencê-la do pertencimento à raça negra, e conseqüentemente agregar a isto saberes e valores históricos e econômicos que problematizam o preconceito e apontam perspectivas de inserção social e da

caracterização estética por meio de padrões próprios, principalmente tendo como referências as mulheres quilombolas (SANTOS; OLIVEIRA; 2014, p. 118).

A mulher quilombola resgata sua autoestima enquanto mulher negra reafirmando seu padrão próprio de beleza, pois assumi o “cabelo torrado e a pele negra”. Há também o posicionamento político, para além de uma questão de gênero, e é nos entre-lugares que encontram o terreno para a elaborar “estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade” (BHABHA, 2013, p. 20).

O reconhecimento da mulher quilombola é presente também nas vozes que ecoam do livro. Segundo Louargant, é crucial para que novos arranjos sejam construídos, no que se refere às identidades de gêneros, uma vez que é nos territórios que elas se abrem e também se agenciam, a partir de um “olhar de uma hibridação cultural, social e espacial, as aprendizagens das aproximações de gênero são necessárias para colocar em prática uma pedagogia do gênero no ato a todas as escalas de decisão e negociação” (LOUARGANT, 2015, p. 301).

Ser quilombola é defender sua raça, sua cor, sua cultura, e sua religião independentemente de qual seja ela, porque ela está em nossas veias. (Poema “Ser quilombola”, p. 25).

Somos negros libertos; Somos negros felizes a mais de mil; Somos negros vitoriosos que vivemos no Brasil (Poema “Ser quilombola”, p. 81).

Quilombola, quilombola; Povo que luta por igualdade; A intensidade por ela forte. Quilombola, quilombola; Povo de cultura magnífica; Olhe o ruir dos tambores; Danças agitadas, animação; Total és tu quilombola (Poema “Povo Forte”, p. 45).

Sou quilombola com muito orgulho; E não tenho vergonha de dizer; Pois, sei que meus antepassados sofreram, para mim então poder nascer. Hoje, somos independentes e sou grata minha gente; Posso dizer que a luta não foi fácil, por muitas coisas passaram; Mas, a liberdade para nós eles conquistaram (Poema “Ser quilombola”, p. 61).

A história para as mulheres quilombolas é viva, não reside no passado, é interstício para travar suas lutas, resistir, e sobreviver frente às mazelas que injustamente herdaram. As correntes físicas que outrora aprisionaram, atualmente são simbólicas, forjadas, subjetivas, mas que ainda machucam como as primeiras. Mas, elas não se abalam, uma vez que tem que honrar os sacrifícios feitos pelos seus antepassados “que sofreram para mim então poder nascer”, e elas não tem vergonha dessa narrativa, pelo contrário, orgulham-se e são gratas, afinal, “total és tu quilombola”.

CONSIDERAÇÕES

Os elementos relativos aos territórios, cultura e de gênero dão visibilidade à identidade quilombola, a partir das vozes dos protagonistas. Neste caso, das protagonistas e de sua relação com o território e as práticas culturais. Elas se reinventam, não com o que aprendem nos livros da escola, mas com o que vivem e a partir com aprendem com seus parentes. São mulheres empoderadas que oferecem suas vozes para dizer, por meio de seus versos, quem são.

As narrativas dessas mulheres trazem o “ser quilombola”, a partir dos traços que expressam do território, cultura e identidade, e as relações sociais de gênero estabelecidas nesse diálogo. É por meio de sua tradição, da história que aprenderam com os mais velhos, da família, da culinária, dos animais, das diferenças, dos sentimentos, dos espaços, da ligação com a terra, da religiosidade, das crenças, dos sonhos, da estética, da beleza, do conhecimento, do ensino, da ancestralidade, da força que têm enquanto mulheres, que elas reafirmam a importância da autoidentificação, da valorização da cor, da cultura, do reconhecimento do “ser quilombola”.

Assim, elas constroem suas identidades quilombolas, a partir das experiências herdadas dos povos africanos que vieram, infelizmente, ser escravizados no país, alinhadas ao histórico de luta e resistência que travaram ao longo dos séculos, para sobreviver frente à discriminações étnico-racial, extermínio da juventude negra e violência contra a mulher. Ao escreverem sobre “Ser Quilombola” também reconheceram o papel que desempenham no espaço ao qual pertencem e onde estabelecem relações sociais. Mesmo que haja nesse espaço as desigualdades de gênero, elas resistem para preservar sua cultura, históricos de resistência e luta, tradição, ancestralidade, dizendo quem são e como se veem.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA (ABA). *Documento do Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais*. 1994. Disponível em <http://www.abant.org.br/conteudo/005COMISSOESGTS/quilombos/DocQuilombosABA_1a.pdf>. Acessado em: 10 dez 2016.

BHABHA, H. *O local da Cultura*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRASIL. Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto/2003/D4887.htm>. Acesso em: 10 jan. 2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Comunidades Remanescentes de Quilombos*. [2017]. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551. Acesso em 10 jan. 2017.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

COORDENAÇÃO ESTADUAL DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO ESTADO DO TOCANTINS. *Os Territórios Quilombolas no Tocantins*. 2. ed. Palmas, 2016.

GONÇALVES, Pedro Alexandre Conceição Aires; NOGUEIRA, Rose Dayanne Santana. (Org.). *Quilombolas do Tocantins: Palavras e Olhares*. Palmas: Defensoria Pública do Estado do Tocantins: 2016. Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/documento/20751/download>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS. *Defensoria Pública do Estado do Tocantins promovendo o acesso à justiça*. Palmas: 2017. Disponível em: <<http://ww2.defensoria.to.gov.br/pagina/16923>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11–24, 2003. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

_____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnográfica*, Lisboa, v. IV, n. 2, p. 333-354, 2000. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/21569000/1973737197/name/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2016

LOUARGANT, Sophie. O interesse do gênero pelos territórios. In: MIRANDA, Cynthia Mara, et al. (Org.). *Gênero, desenvolvimento, e território*. Manaus: Editora Valer, 2015. p. 209-302.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Por que estudar narrativas. In: MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyrá. (Org). *Narrativas Midiáticas*. Florianópolis: Insular, 2012.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. *E-cadernos Identidades, Cidades e Estado*. [Online], n. 07, 2010 Disponível em: <<http://eces.revues.org/417>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil - Território e sociedade no início do séc. XXI*. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SANTOS, Creusa Barbosa; OLIVEIRA, Adriana Leônidas de. Saberes culturais das mulheres quilombolas de Macapazinho no município de Santa Izabel do Pará: contribuições para o desenvolvimento local. In: *Acervo On-line de Mídia Regional*. v. 9, n.104, p. 103-121, set/dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/midiaregional/article/viewArticle/8899>>. Acesso: 12 mai. 2017

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. 1989. Texto traduzido por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Disponível em: <<http://www.observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>>. Acesso: 20 dez. 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

Solange Aparecida de Souza Monteiro - Pedagoga, IFSP – Câmpus Araraquara. Doutoranda em Educação Escolar – UNESP- Araraquara. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

ÍNDICE REMISSIVO

C

Construção 1, 7, 9, 14, 20, 21, 22, 27, 28, 32, 37, 39, 42, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 59, 61, 76, 78, 87, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 109, 116, 117, 118, 122, 127, 137, 138, 142, 149, 153, 159

Cultura local 116

D

Direitos humanos 16, 18, 32, 41, 71, 79, 92, 93, 94, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 120, 155

Direitos humanos das mulheres negras 92, 93, 99, 101, 102

Diversidade humana 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 108

E

Educação 18, 45, 46, 47, 48, 68, 69, 72, 74, 76, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 110, 111, 113, 114, 116, 119, 148, 150, 153, 164, 165, 166, 168

Educação escolar 76, 168

Escrita de si 53, 63

Estudo de doutorado 86

Estudos feministas 17, 19, 20, 28, 29, 52, 91, 102, 103, 123, 135, 150, 156

Existência social dos negros e das mulheres 92, 93

Experiências educativas 86

Experiências lesbianas 86, 88

F

Família 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 41, 45, 46, 50, 56, 60, 79, 83, 88, 90, 146, 149, 151, 155, 165, 167

Feminina 4, 15, 26, 32, 34, 40, 42, 43, 44, 51, 53, 55, 62, 63, 64, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 91, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 131, 133, 154, 155, 159

G

Gênero 3, 9, 12, 15, 16, 18, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 37, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 73, 74, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 121, 122, 123, 129, 135, 136, 137, 138, 140, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 164, 165, 166, 167

H

Hipervisibilidade 86, 88

História 3, 9, 15, 17, 19, 21, 22, 26, 27, 29, 30, 33, 43, 44, 55, 58, 59, 60, 62, 63, 66, 80, 86, 88, 91, 94, 97, 101, 118, 119, 121, 122, 135, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 158, 162, 166, 167, 168

História oral 19, 21, 29, 30

Histórico 1, 6, 9, 32, 65, 92, 93, 96, 106, 108, 117, 119, 139, 146, 159, 160, 162

Homossexual 2, 17, 18, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Homossexualidade 18, 53, 56, 61, 63

I

Identidade de gênero 34, 42

Identificações masculinas 86, 88

Ideologias segregadas 104, 105, 114, 115

Imprensa 29, 53, 54, 55, 56, 62, 63

Imprensa lésbica 53, 54, 56, 63

Inclusão 28, 66, 69, 72, 78, 79, 102, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 118, 121

J

Jovens 71, 72, 92, 99, 101, 143

Jovens negras 92, 99, 101

Jurídico 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 37, 41, 50, 82

L

Legislação 12, 15, 31, 40, 104, 108, 109, 110, 114, 115, 136, 161, 162

Legislação brasileira 104, 108

Lesbianidades 53, 55, 56, 57, 62, 86, 87, 88, 91

M

Marcações de diferença 92, 93

Marcadores sociais da diferença 60, 92, 93, 95, 96, 99, 101, 102

Marinha do Brasil 19, 20, 21, 27, 28, 29, 30

Masculinidade feminina 86, 87, 88, 91

Memória coletiva comum 116

Mulheres 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 12, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 163, 164, 165, 166, 167

Mulheres negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 144, 150

N

Narrativa 20, 21, 25, 26, 59, 60, 61, 117, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145

Negras 92, 93, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 139, 144, 146, 150

O

Organizações 6, 19, 20, 27, 29, 42, 43, 57, 67, 104, 105, 106, 107, 110, 113, 114, 115, 150, 161, 163, 164, 167

P

Patriarcado 33, 67, 75

Pedagogo empresarial 104, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 114
Performatizações de gênero 86, 87, 90
Pessoas com deficiência 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115
Poder 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 27, 28, 29, 35, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 51, 52, 66, 80, 88, 90, 95, 98, 100, 101, 102, 103, 109, 116, 117, 118, 120, 121, 124, 133, 135, 139, 143, 145, 146, 159, 163, 166, 167
Política criminal 31, 34, 35, 37, 40
Políticas públicas de gênero 28, 42
Pós-verdade 1, 19, 31, 42, 53, 64, 65, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 92, 104, 116, 123, 136, 148, 157
Processo histórico 92, 93, 106, 108, 159, 160

R

Raça 15, 34, 52, 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 100, 101, 102, 140, 144, 145, 153
Racismo 66, 92, 93, 94, 95, 96, 99, 102, 103, 150, 155
Representação 15, 16, 64, 65, 88, 98, 116, 117, 121
Resistências 3, 16, 26, 46, 82, 98, 104

S

Sexismo 32, 92, 93, 94, 96, 99, 102, 103
Sistema prisional 31, 34, 40

T

Trajetória educacional 86, 87
Trajetórias profissionais 19, 20, 24

V

Vida de mulheres lésbicas 86
Violação de direitos 31, 32, 40
Visibilidade 15, 28, 45, 65, 66, 71, 86, 87, 88, 90, 102, 108, 146, 149, 157, 166

